

Relatório CCADE/GGDIN/DIRAD/DIGES
Comitê Técnico-Consultivo de Pós-Graduação da ANS

Realizamos nova análise técnica, considerando o e-mail enviado pela servidora, no qual informa que embora tenha se inscrito para o programa "Saúde Internacional", oferecido pela Faculdade de Medicina e Odontologia, como primeira opção, a aceitação da Universidade de Bergen foi para o programa de mestrado "Desenvolvimento Global Teria e Prática – Promoção em Saúde", oferecido pela Faculdade de Psicologia, sua segunda opção no momento da inscrição.

O projeto aceito é o mesmo apresentado inicialmente "Globalização e Circulação de Doenças – O Caso do Zika Virus".

Dados do Servidor Solicitante

Nome do servidor: Raquel Bergária De Oliveira

Cargo: Especialista Em Regulação de Saúde Suplementar - ANS

Gerência/Diretoria: NÚCLEO/SP

Formação acadêmica: Psicologia

Dados do Curso Solicitado

Curso: Pós Graduação Stricto Sensu - Desenvolvimento Global Teria e Prática – Promoção em Saúde

Instituição: University of Bergen

Início e término do curso: 11/08/2016 a 30/06/2018

Horário e dias de realização: não informado

Valor de investimento: R\$ 10.000,00 (estimativa de valor da passagem aérea)

☐ **Pós-Graduação Financiada** ☒ **afastamento com base no art. 96A combinado com o art. 95, da lei 8.112/90**

1. Atribuições da Unidade Institucional e do Servidor Solicitante

A servidora Raquel Bergária de Oliveira é graduada em Psicologia, possui Especialização em Regulação da Saúde Suplementar. Ocupa o cargo de Especialista em Regulação desde julho de 2006, lotada no Núcleo de São Paulo, com as seguintes atribuições, conforme constam do art. 11-A da RN 197/09:

Art. 11-A. Competem aos Núcleos da ANS, no âmbito de suas circunscrições territoriais, as atribuições das atividades administrativas e finalísticas da ANS, podendo os Diretores submeterem à DICOL a execução

de atribuições das suas respectivas áreas, a ser estabelecida por meio de Resolução Normativa. (Redação dada pela RN nº 293, de 11/04/2012)

§ 1º Competem, na forma estabelecida em Resolução Administrativa, às Diretorias a avaliação de desempenho, indicação para capacitação, bem como autorização para remoção e quaisquer afastamentos e licenças dos servidores lotados nos Núcleos que realizam suas respectivas atividades. (Redação dada pela RN nº 293, de 11/04/2012)

No Despacho nº 372/Núcleo da ANS São Paulo/SP, a servidora informa que desenvolve atividades de mediação ativa de conflitos entre a ANS e os agentes regulados, através do procedimento de Notificação de Intermediação Preliminar – NIP, junto à Gerência de Atendimento, Mediação e Análise Fiscalizatória – GAMAF, conforme inciso IV do art. 51 do Regimento Interno da ANS.

2. Informações sobre a Instituição de Ensino

Segundo consta do site da instituição, a Universidade de Bergen tem um perfil internacional e enfatiza a pesquisa básica e ensino baseada na investigação.

Seus cursos de mestrado tem a duração de dois anos de estudo, que equivalem a 120 créditos, dentre os quais os alunos necessitam escrever uma dissertação que possui equivalência de 60 créditos.

3. Informações sobre o Mestrado em Desenvolvimento Global

O programa de Mestrado em Desenvolvimento Global é oferecido pela Faculdade de Psicologia da Universidade de Bergen.

O curso visa promover uma compreensão do processo de desenvolvimento global através de avaliação crítica das teorias relevantes e dos contextos de desenvolvimento humano sustentável. O aluno pode escolher entre uma especialização em Promoção de Saúde ou Gênero em Desenvolvimento Global.

São objetivos específicos do curso que o participante conheça:

- O Desenvolvimento global através de avaliação crítica de teorias relevantes; integração de direitos humanos e justiça social; avaliação da governança global e da política de ajuda; e avaliação do impacto das mudanças climáticas no desenvolvimento sustentável.

- A prática de desenvolvimento, incluindo planejamento de política e programa, implementação e avaliação no nível de organização e comunidades locais, municípios e estados, projetos de cooperação nacional e internacional.
- Os contextos de desenvolvimento humano sustentável incluindo cultura, cooperação internacional e desenvolvimento físico.

3.1 Especializações

3.1.1 Especialização em promoção de saúde

O objetivo desta especialização é oferecer ao aluno expertise em teoria e prática de promoção de saúde no contexto de desenvolvimento global. A abordagem geral de todos os aspectos da especialização em promoção de saúde é uma perspectiva baseada em recursos. A especialização inclui o módulo de 10 créditos em Fundamentos de Promoção em Saúde e uma tese de pesquisa em um tema de promoção em saúde de 60 créditos, ou 30 créditos de intercâmbio mais 30 créditos de tese sobre um tópico de promoção de saúde.

3.1.2 Especialização em gênero em desenvolvimento global

O objetivo desta especialização é oferecer ao aluno expertise em gênero e análise feminista e habilitá-los a adquirir uma perspectiva crítica e reflexiva no significado de gênero no contexto de desenvolvimento global. O foco é em relações de poder de gênero e vulnerabilidades, como também em processo de empoderamento e mudança social. A especialização inclui um módulo de 10 créditos em Análise de Gênero em Desenvolvimento Global – Perspectivas e Questões Essenciais, e uma tese de pesquisa em um tema de promoção em saúde de 60 créditos, ou 30 créditos de intercâmbio mais 30 créditos de tese sobre um tópico de gênero e desenvolvimento global.

3.2 Estrutura

Programa de Mestrado em Desenvolvimento Global – teoria e prática (120 créditos)

A servidora informa no e-mail que foi convidada para participar da especialização Promoção em Saúde.

Especialização em Promoção de Saúde - Teoria e Prática (120 créditos)

Disciplinas Obrigatórias:

- Abordagens Críticas para Desenvolvimento
- Introdução a Metodologia
- Prática de Desenvolvimento
- Fundamento de Promoção de Saúde
- Métodos Qualitativos e Projeto de Pesquisa
- Análise Estatística e Projeto de Pesquisa
- Tese de Mestrado
- Estágio

3.3 Informações Gerais

- **Data de Início:** 11/08/2016 (início do Programa Introdutório para todos os estudantes estrangeiros)
- **Carga Horária:** não informado.
- **Valor do Investimento:** R\$ 10.000,00 reais referentes ao custo das passagens aéreas (valor estimado considerando a pesquisa da ida, tendo em vista que para o período da volta não está disponível para pesquisa).
- **Local:** Bergen, Noruega.
- **Dias e horários das aulas:** não informado.

3.4 Pré-Projeto da Servidora

O pré-projeto apresentado visa apresentar a influência da saúde global na saúde local e a importância da adequada estruturação dos sistemas de saúde como resposta a esta realidade.

Neste sentido, será pesquisada a sistematização da história da entrada e circulação do vírus da Zika no Brasil, com suas consequências na saúde da população e a resposta da Saúde Suplementar e SUS na estruturação do Sistema para atendimento a esta realidade.

Entre as justificativas apresentadas estão a atuação estratégica da ANS no desenvolvimento de um sistema de saúde suplementar, com foco na garantia e na qualidade no serviço de assistência prestados pela Operadora de planos de saúde, com sustentabilidade do mercado e integração com o SUS.

Além disso, fundamenta que a relevância da pesquisa e sistematização da história da entrada e circulação do vírus da Zika no Brasil, com suas consequências na saúde da população

e a resposta da Saúde Suplementar e SUS na estruturação do Sistema para atendimento a esta realidade, conectados com a realidade epidemiológica internacional globalizada, com reflexos locais na epidemia de Zika, embasa-se na Agenda Regulatória 2016/2018, especificamente no eixo da Garantia de Acesso e Qualidade Assistencial e no eixo de Integração com o SUS.

Objetivos Específicos:

- Pesquisar a história da entrada e circulação do Zika vírus no Brasil;
- Levantar e sistematizar os dados epidemiológicos da Zika no Brasil nos anos de 2015 e 2016;
- Analisar a resposta do SUS e da Saúde Suplementar, como sistemas de saúde, à epidemia de Zika no Brasil nos anos de 2015 e 2016;
- Pesquisar modelos de atenção para Saúde Suplementar no Brasil, integrado ao SUS, que responda adequadamente ao perfil epidemiológico brasileiro, levando em consideração a globalização.

4. Análise da CCADE

4.1 Pesquisa de outras instituições que ofereçam curso similar no mercado

Em pesquisa no portal CAPES, foram encontrados os seguintes cursos no estado de São Paulo foram:

Mestrado/Doutorado em Promoção de Saúde – Universidade de Franca

O Curso de Mestrado/Doutorado em Promoção de Saúde tem como característica principal o referencial teórico interdisciplinar, fundamentado nas diversas áreas do conhecimento, incluindo as ciências humanas, biológicas e exatas.

O objetivo do curso é consolidar as linhas de pesquisa existentes; ampliar a produção de conhecimento através da pesquisa científica; proporcionar a formação continuada dos egressos; possibilitar a interação com a população, serviços de saúde e outras instituições de ensino; e desenvolver pesquisas nacionais e internacionais, através de programas e políticas de intercâmbio.

O Programa de Promoção de Saúde da Universidade de Franca possui mais de 16 anos (o Mestrado foi criado em 1999) e foi o primeiro do Brasil. Participa da construção desse campo político de ação, seja na formulação de teorias ou no estabelecimento de práticas de Promoção de Saúde. Foram titulados 304 mestres e 5 doutores desde então. O Programa na área Interdisciplinar obteve nota quatro (4) junto à CAPES, em sua última avaliação.

As linhas de pesquisa do curso são: Linha 1 - Políticas e Práticas em Promoção de Saúde; e Linha 2: Vulnerabilidade Social, Tecnologias e Promoção de Saúde.

Mestrado Profissional em Promoção da Saúde – UNASP (Centro Universitário Adventista de São Paulo)

O curso de Mestrado em Promoção da Saúde do UNASP tem como foco o estilo de vida. O programa é interdisciplinar, visando formar profissionais capazes de elaborar e propor ações concretas que conduzam às mudanças na saúde individual e coletiva, cuja base seja um estilo de vida saudável.

O curso é reconhecido pela CAPES com nota 3. Como proposta interdisciplinar o curso tem como público-alvo os profissionais graduados, egressos das áreas de saúde, humanas e biológicas.

Seus objetivos são: formar profissionais habilitados no trabalho interdisciplinar em promoção da saúde; desenvolver profissionais com habilidades de pesquisa, visando ao desenvolvimento do campo interdisciplinar, consolidando grupos de pesquisa; e contribuir para a produção e divulgação de conhecimento técnico-científico, que possibilitem fomentar políticas e práticas na promoção da saúde do indivíduo, em todo o seu ciclo vital.

4.2. Da correlação com as atividades da servidora

A servidora atua desenvolvendo atividades mediação ativa de conflitos entre a ANS e os agentes regulados, especialmente no que se refere ao procedimento de Notificação de Intermediação Preliminar – NIP.

Além disso, justifica que o projeto apresentado não se limita às atividades desempenhadas atualmente, mas estão em total consonância com as atribuições do cargo de Especialista em Regulação, com a finalidade e missão da ANS, e com a sua agenda regulatória no biênio 2016/2018.

Com base no Mapeamento de Competências da ANS, especificamente nos perfis dos servidores dos Núcleos da ANS, observa-se que as disciplinas do curso apresentam correlação com os temas Saúde Pública; áreas de Medicina e Odontologia; e políticas públicas e ações na área de saúde pública.

Ademais, algumas competências poderão ser desenvolvidas no curso, entre as quais se destacam:

- Atendimento de demandas internas: analisar, instruir e responder consultas, requerimentos e requisições de outras áreas da ANS, a fim de orientar sobre o processo de fiscalização.

- **Elaboração de projetos:** elaborar projetos gerenciais, de qualidade de atendimento, de capacitação do núcleo, instituições parceiras e operadoras, e de aperfeiçoamento de processos internos de trabalho, em conjunto a chefia do núcleo, visando à eficiência e eficácia das ações regionais.
- **Participação em grupos de trabalho:** participar de grupos de trabalho, oficialmente constituídos, sobre questões técnicas, tais como: rol de procedimentos, novas tecnologias de saúde etc.
- **Pesquisa em saúde suplementar:** propor e participar de pesquisas científicas na área da saúde, que agreguem novos entendimentos, fomentando as ações de saúde suplementar.
- **Gestão do conhecimento:** Transformar o conhecimento adquirido em algo criativo e relevante para a ANS, por meio do compartilhamento organizado de informações.

Portanto, a temática abordada no curso converge para o Mapeamento de Competências da ANS, além de correlaciona-se às atribuições dos Núcleos da ANS, atendendo a RA Nº11 de 17 de abril de 2006, que dispõe sobre o Programa Permanente de Capacitação, Treinamento e Desenvolvimento do Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

4.3. Do afastamento

No despacho 372/Núcleo/SP, a interessada requereu a análise de participação e afastamento para cursar o Mestrado pelo tempo de sua realização (08/08/2016 a 30/06/2018, cerca de vinte meses) com manutenção dos vencimentos e ônus para a ANS somente das passagens aéreas, não havendo custos de inscrição, matrícula e diárias, conforme Lei 8.112/1990, Capítulo IV – Das Licenças, Seção I – Das Disposições Gerais, Artigo 81: *Conceder-se-á ao servidor licença: V - para capacitação.*

Na Seção III da referida lei, Do Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior, temos que:

Art. 95. O servidor não poderá ausentar-se do País para estudo ou missão oficial, sem autorização do Presidente da República, Presidente dos Órgãos do Poder Legislativo e Presidente do Supremo Tribunal Federal.

*§ 1º **A ausência não excederá a 4 (quatro) anos**, e finda a missão ou estudo, somente decorrido igual período, será permitida nova ausência.*

§ 2º Ao servidor beneficiado pelo disposto neste artigo não será concedida exoneração ou licença para tratar de interesse particular antes de decorrido período igual ao do afastamento, ressalvada a hipótese de ressarcimento da despesa havida com seu afastamento.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica aos servidores da carreira diplomática.

§ 4º As hipóteses, condições e formas para a autorização de que trata este artigo, inclusive no que se refere à remuneração do servidor, serão disciplinadas em regulamento. [grifos nossos]

A Seção IV (Incluída pela Lei nº 11.907, de 2009), dispõe sobre o afastamento para participação em Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no País:

*Art. 96-A. O servidor poderá, no interesse da Administração, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, **afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação stricto sensu** em instituição de ensino superior no País.*

*§ 1º Ato do dirigente máximo do órgão ou entidade definirá, em conformidade com a legislação vigente, os programas de capacitação e os critérios para participação em programas de pós-graduação no País, com ou sem afastamento do servidor, que serão **avaliados por um comitê constituído para este fim**.*

*§ 2º Os afastamentos para realização de programas de mestrado e doutorado somente serão concedidos aos servidores titulares de cargos efetivos no respectivo órgão ou entidade há pelo menos **3 (três) anos para mestrado** e 4 (quatro) anos para doutorado, incluído o período de estágio probatório, que não tenham se afastado por licença para tratar de assuntos particulares para gozo de licença capacitação ou com fundamento neste artigo nos 2 (dois) anos anteriores à data da solicitação de afastamento.*

*§ 7º **Aplica-se à participação em programa de pós-graduação no Exterior, autorizado nos termos do art. 95 desta Lei**, o disposto nos §§ 1º a 6º deste artigo. [grifos nossos]*

Informamos que a solicitação da servidora Raquel atende os requisitos previstos no artigo 95 em seu parágrafo 1º, visto não ultrapassar 4 (quatro) anos de capacitação no exterior; no artigo 96-A em conjunto com o parágrafo 7º devido a possibilidade prevista em lei de afastamento para cursar pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado) aplicada também aos cursos no exterior; e no parágrafo 2º do art. 96-A, posto que a servidora tem exercício na ANS desde julho de 2006, perfazendo, desta forma, 9 (nove) anos no cargo efetivo de Especialista em Regulação. Outrossim, nada consta em seus assentamentos funcionais referente à gozo de licença para capacitação e licença para tratar de assuntos particulares nos dois anos anteriores à data do início do afastamento.

Conforme o Decreto 91.800, de 18 de outubro de 1985:

Art. 1º - As **viagens ao exterior** do pessoal civil da administração direta e indireta, a serviço ou com a finalidade de aperfeiçoamento, sem nomeação ou designação, poderão ser de três tipos (...)

I - com ônus, quando implicarem direito a passagens e diárias, assegurados ao servidor o vencimento ou salário e demais vantagens de cargo, função ou emprego;

É importante ressaltar também que os cursos realizados por instituições estrangeiras para serem reconhecidos pelo Ministério da Educação necessitam ser validados no Brasil. De acordo com a Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação nacional:

Art. 48. Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular.
(...)

§ 3º Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras **só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior** [grifo nosso]

A pesquisa realizada demonstra que existe curso de Mestrado reconhecido pela Capes na mesma área de conhecimento do curso solicitado, entretanto essa validação não é automática e somente pode ser solicitada após a conclusão do curso com a apresentação do diploma e outros documentos necessários em universidade brasileira que possua equivalência de estudo. Há, portanto, o risco da não validação do curso e, nesse caso, o título obtido não será considerado válido para efeitos de promoção na carreira, considerando o exposto no parágrafo único, Art. 7º do Decreto 6.530/2008.

Art. 7º Para fins de progressão e promoção, poderão ser considerados eventos de capacitação realizados em instituições nacionais ou estrangeiras, cujos conteúdos sejam compatíveis com as atribuições do cargo.

Parágrafo único. No caso de promoção, os **cursos de especialização, mestrado e doutorado realizados em instituições nacionais ou estrangeiras devem ser reconhecidos pelo Ministério da Educação**. [grifo nosso].

Salientamos que o trâmite administrativo do processo em tela se dará da seguinte forma: encaminhamento deste Parecer Técnico ao Comitê Técnico-Consultivo de Pós-Graduação e posteriormente ao Diretor de Gestão para apreciação da capacitação. O processo deverá ser

RECEBIDO
SECRETARIA DE GESTÃO
20/08/2010 14:00:00
SECRETARIA DE GESTÃO

encaminhado à Diretoria Colegiada da ANS para avaliação da pós-graduação em âmbito fora do território nacional, conforme dispõe a Instrução de Serviço 12/2009/DIGES:

§ 1º. O servidor deve ter autorização de sua chefia imediata e validação pela diretoria de sua área de lotação, quando o curso ocorrer dentro do território nacional, e da Diretoria Colegiada, quando o curso for fora do território nacional.

Caso à apreciação da DICOL seja favorável ao afastamento, o processo seguirá para o Ministro de Estado de Saúde, por ser a autoridade competente para autorizar o afastamento do país de servidor com ônus para a ANS, conforme o Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995.

5. Conclusão:

Ante o exposto, reconhecendo-se que a servidora cumpre os requisitos necessários para afastar-se do país para realizar a capacitação pleiteada e com base nas informações apresentadas, **concluo que o curso de pós-graduação solicitado apresenta correlação com as atividades da servidora na ANS no Núcleo da ANS - São Paulo.**

Opino pelo deferimento do pedido de afastamento total no período de 09/08/2016 a 01/07/2018, inclusive com trânsito, com base no art. 96-A da lei 8.112/90, **com ônus para a Administração,** nos termos exatos e estritos do pedido formulado pela servidora, considerando que **a única despesa para a ANS será relativa ao custo das passagens aéreas.**

Deste modo, encaminho o presente parecer à apreciação do Comitê Técnico-Consultivo de Pós-Graduação, instituído pela Portaria 3.286, de 07 de outubro de 2009, para avaliação conforme estabelecido no Art. 96-A, Parágrafo 1º, da Lei 8112/90, alterada pela Lei 11.907/2009.

Em 12/05/16 .


Laila Moreira Nogueira
Analista Administrativo


Isabel Oliveira Nariño
Coordenadora de Carreira e
Desenvolvimento

De acordo.

Em 13/05/2016



Berenice Vallota Pantaleão
Gerente-Geral de
Desenvolvimento Institucional
GGDIN/DIRAD/DIGES/DIGES
Mat. SIAPE Nº 1506212

Ata
106ª Reunião do Comitê Técnico-Consultivo de Pós-Graduação
realizada em 19 de maio de 2016



Horário: 14h00

Local: 7º andar – ANS

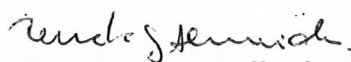
Assunto: 106ª Reunião do Comitê Técnico-Consultivo de Pós-Graduação

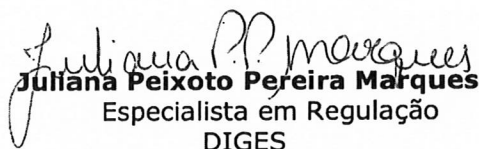
Presentes: A reunião foi coordenada pela Especialista em Regulação Juliana Peixoto Pereira Marques (CCADE/GGDIN/DIGES), e contou com a presença da Especialista em Regulação Renata Gasparello de Almeida (DIOPE), da Especialista em Regulação Maristela Bernardi (DIGES), do Analista Administrativo Leonardo Fernandes Ferreira (DIDES), e do Especialista em Regulação Adenor Almeida Pimenta Filho (DIPRO).

No desempenho de seu papel técnico-consultivo, este Comitê faz as seguintes considerações:


Homologação da solicitação da servidora Raquel Bergaria de Oliveira para o Mestrado em Desenvolvimento Global Teoria e Prática – Promoção em Saúde, oferecido pela Universidade de Bergen, na Noruega, com ônus, incluindo além da manutenção dos vencimentos da servidora, o custeio da passagem de ida do Brasil para a Noruega, quando do início do curso, e a passagem de volta para o Brasil, quando do término do mesmo. A solicitação, após apreciação da DIGES, deverá ser encaminhada à Diretoria Colegiada da ANS para avaliação de pós-graduação fora do território nacional. Caso a apreciação da DICOL seja favorável ao afastamento, o processo seguirá para o Ministro de Estado de Saúde, por ser a autoridade competente para autorizar o afastamento do país de servidor com ônus para a ANS. A servidora deverá estar ciente de que os cursos realizados por instituições estrangeiras, para serem reconhecidos pelo Ministério da Educação, necessitam ser validados no Brasil. Desse modo, para fins de progressão e promoção na carreira, após a conclusão do curso a servidora deverá solicitar a devida validação.

Após a deliberação acima, a coordenadora Juliana Peixoto Pereira Marques deu por cumprida a pauta, lavrando-se a presente ata.


Renata Gasparello de Almeida
Especialista em Regulação
DIOPE


Juliana Peixoto Pereira Marques
Especialista em Regulação
DIGES

Ata
106ª Reunião do Comitê Técnico-Consultivo de Pós-Graduação
realizada em 19 de maio de 2016


Maristela Bernardi
Especialista em Regulação
DIGES

Leonardo Fernandes Ferreira
Analista Administrativo
DIDES


Adenor Almeida Pimenta Filho
Especialista em Regulação
DIPRO

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

Protocolo n.º 33902. 456929 /2016- 51

Data Registro: 25/05/2016

Hora Registro: 12 : 30 .



Despacho n.º 30 /2016/GGDIN/DIRAD/DIGES/ANS

Rio de Janeiro, 25 de maio de 2016.

À Diretoria de Gestão

Assunto: Solicitação de participação em Pós-Graduação

Senhora Diretora de Gestão,

Trata-se de requerimento de inscrição no curso de Mestrado em Desenvolvimento Global Teoria e Prática, com ônus para a ANS, promovido pela Universidade de Bergen, na Noruega, solicitada pela servidora Raquel Bergaria de Oliveira, lotada no Núcleo da ANS São Paulo. Além da manutenção dos vencimentos, a servidora solicitou o custeio das passagens aéreas.

Tendo em vista a homologação pelo Comitê Técnico-Consultivo de Pós-Graduação, conforme ata da 106ª reunião, realizada no dia 19 de maio de 2016, e a fundamentação da CCADE, que concluiu que o curso solicitado atende às necessidades de qualificação da servidora e que há correlação com as suas atividades no Núcleo da ANS São Paulo e, também, sua manifestação favorável ao afastamento total da servidora, opino pelo deferimento da solicitação da servidora e pelo afastamento total para participação em programa de pós-graduação *Stricto Sensu* no Exterior conforme Art. 96-A da lei n.º 8.112/90.

Atenciosamente,

Berenice Vallota Pantaleão

Gerente-Geral de Desenvolvimento Institucional

De acordo, encaminhe-se à Diretoria de Gestão.

Carla de Figueiredo Soares

Diretora Adjunta de Gestão

INTERESSADO:	Raquel Bergaria de Oliveira	PROCESSO Nº 33902.303698/2016-83
ASSUNTO:	PÓS-GRADUAÇÃO	

DECISÃO

Tendo em vista a fundamentação da Gerência Geral de Desenvolvimento Institucional – GGDIN, pelas questões de fatos e de direito expendidas, **DEFIRO** o requerimento de participação no curso de Pós-Graduação – Mestrado em Desenvolvimento Global Teoria e Prática, promovido pela Universidade de Bergen, na Noruega, com ônus para a ANS, incluindo o custeio das passagens aéreas, solicitada pela servidora Raquel Bergaria de Oliveira, lotada no Núcleo da ANS São Paulo. **DEFIRO** ainda o pedido de afastamento para participação em curso de pós-graduação *Stricto Sensu* no Exterior, **DE FORMA TOTAL**, conforme Art. 96-A, da lei nº 8.112/90.

Encaminhem-se os autos para decisão da Diretoria Colegiada, conforme orienta o Art. 18, Inciso I, da IS 12/2009, e posterior envio para autorização do Ministério da Saúde.

Rio de Janeiro, 31 de Maio de 2016.



Karla Santa Cruz Coelho
Diretora de Gestão